



## Conselho discute programação da Rede Record

O presidente da emissora, Dennis Munhoz, participou ontem de reunião do colegiado.

Página 2

## É injustiça social tributar lotéricas, diz Aelton

Emenda retirou empresas das incidências do ISS. Plenário confirma hoje decisão.

Página 3

## Comissão analisa nome para embaixada nos EUA

Página 2



Eduardo Suplicy preside a Comissão de Relações Exteriores

# Plenário vota o estatuto que proíbe porte de arma

Os senadores devem votar hoje, em regime de urgência, o Estatuto do Desarmamento. De autoria de Gerson Camata e aprovado por unanimidade pela CCJ, o projeto veda o porte de armas de fogo

Página 3

## REFORMAS Líder do governo anuncia acordo sobre emenda da tributária. Já a votação sobre Previdência fica para amanhã



ENTENDIMENTO Lideranças partidárias chegaram ontem a acordo em torno da proposta que altera a legislação tributária

### Proposta da tributária deve ser examinada na quinta pelo Plenário

### Emenda de redação adia decisão final sobre a Previdência

Páginas 4 e 5

# Agenda



## Votação do Estatuto do Desarmamento

Transcorre hoje, em Plenário, a partir das 14h30, a terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da proposta de reforma da Previdência (PEC nº 67/03). Os senadores votam ainda o substitutivo da Câmara ao Estatuto do Desarmamento (PLS nº 292/99), que estabelece normas mais rígidas sobre o fabrico, depósito, trânsito e porte de arma de fogo.

## Sarney participa de lançamento de publicação da Unesco

O presidente do Senado, José Sarney, recebe, às 11h, o secretário de Cultura do estado de Goiás, Nars Chaul; às 11h30, comparece ao encerramento do

curso de alfabetização de funcionários terceirizados da Casa. Às 19h, Sarney participa do lançamento do livro *Pobreza e Desigualdade no Brasil: traçando*

*caminhos para a inclusão social*, publicado pela Unesco, órgão da Organização das Nações Unidas (ONU) que trata da educação, ciência e cultura.

## Garotinho fala ao Conselho de Ética

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar reúne-se, às 17h, para ouvir o secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho – foto –, sobre a denúncia contra o senador Roberto Saturnino (PT-RJ). Ele é acusado de ter feito um acordo para divisão do mandato com o suplente antes da eleição do ano passado.

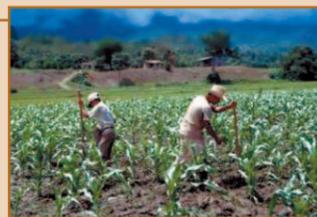


## CAE vota emendas à Política Nacional de Desenvolvimento

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) vota hoje, às 10h, duas emendas de Plenário apresentadas ao projeto que estabelece regras

de financiamento da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PLS nº 9/99). Às 14h30, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) vota projetos de crédito

suplementares, avisos do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre auditorias em órgãos públicos e requerimentos dos senadores.



## Primeira reunião da CPI da Terra

Será instalada hoje, às 14h, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Terra. Ela foi criada com o objetivo de traçar um panorama da estrutura fundiária brasileira, dos processos de reforma agrária e urbana, e dos movimentos sociais que atuam no setor, bem como dos movimentos de proprietários de terras.

## FGTS para financiar educação

Às 10h, a Comissão de Educação (CE) se reúne para votar projeto que permite a utilização dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para pagamento de parcelas de anuidade escolar do trabalhador ou de seus filhos dependentes, de até 24 anos de idade (PLS nº 223/03).

## Indicação de embaixador

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) analisa hoje, às 11h30, o nome de Roberto Abdenur para exercer o cargo de embaixador nos Estados Unidos. Às 14h30, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) sabatina indicado para a diretoria da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)



**AÇÃO CONJUNTA** Arns (E) e Paim (segundo à direita) participam de videoconferência com assembleias legislativas e câmaras municipais

## Encontro debate estatuto para portadores de deficiência

Por meio de videoconferência, os senadores Paulo Paim (PT-RS) e Flávio Arns (PT-PR) receberam ontem sugestões de assembleias legislativas e de câmaras municipais para o projeto de Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência. Foram ouvidos ainda representantes de instituições vinculadas ao setor.

De acordo com Paim, autor do projeto, cerca de 15 mil pessoas já debateram o estatuto durante 800 encontros em todo o país. O senador afirmou estar convicto de que o texto será

aprovado no ano que vem.

– Quem vai construir o texto do estatuto são vocês, a sociedade organizada. Vocês são os mais importantes – disse Paim aos participantes do evento.

O senador Flávio Arns, relator da proposta, destacou a necessidade de ouvir também familiares de pessoas portadoras de deficiência para aprimorar o projeto.

– O estatuto deverá munir os deficientes com instrumentos legais rápidos e ágeis para que a lei seja transformada em realidade – comentou Arns.

## Conselho ouve o presidente da Record

O Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional celebrou ontem os 50 anos da TV Record. O presidente da emissora, Dennis Munhoz, sugeriu o acompanhamento de qualquer programa de socorro financeiro a empresas do setor.

Munhoz negou que a programação da emissora tratasse de forma preconceituosa religiões de origem africana. Quanto aos programas da Igreja Universal do Reino de Deus, disse, eles são feitos por uma produtora

independente e veiculados em horário locado.

O conselho analisou também projeto de resolução (PR nº 61/03) do senador Osmar Dias (PDT-PR) sobre o envio de solicitações ao colegiado e relatório de propostas do grupo de trabalho que trata de TV por assinatura. O texto deve ser discutido pelos conselheiros ainda esta semana. Um dos destaques é a criação do Vale-TV, subsídio que deve ajudar a universalização do serviço.

## Valmir Amaral elogia Festival de Brasília

O senador Valmir Amaral (PMDB-DF) lembrou a importância do 36º Festival de Brasília do Cinema Brasileiro. Segundo o senador, o evento, que neste ano teve 170 filmes inscritos, é um dos maiores e mais tradicionais do Brasil.

– Trata-se de um vigor cultural que vem da época em que Brasília foi projetada, desde a “estréia” da cidade, que é uma obra de arte. A história de sua construção, sem dúvida, é um dos mais belos roteiros produzidos pela Humanidade.

## JORNAL DO SENADO

[www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney  
**1º Vice-Presidente:** Paulo Paim  
**2º Vice-Presidente:** Eduardo Siqueira Campos  
**1º Secretário:** Romeu Tuma  
**2º Secretário:** Alberto Silva  
**3º Secretário:** Heráclito Fortes  
**4º Secretário:** Sérgio Zambiasi  
**Suplentes de Secretário:** João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretora do Jornal do Senado:** Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade  
**Diagramação:** Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de Imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Cirilo Quartim  
**Circulação e Atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

### Agência Senado

**Diretor:** Antonio Caraballo (61) 311-3327  
**Chefia de reportagem:** Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670  
**Edição:** Marcos Magalhães e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

## Pernambuco não recebe verbas, diz José Jorge

O senador José Jorge (PFL-PE) denunciou a paralisação, no governo Luiz Inácio Lula da Silva, de cinco projetos que vinham sendo desenvolvidos em Pernambuco. As obras de infraestrutura interrompidas, disse, são a Adutora do Oeste, o metrô do Recife, o acesso viário ao aeroporto de Guararapes, o sistema Pirapama de abastecimento de água e a duplicação da BR-232, no trecho que liga Recife a Caruaru.

José Jorge afirmou que as obras são importantes para o desenvolvimento de todo o estado e lamentou que, apesar das gestões feitas pelo governo de Pernambuco, nenhum recurso tenha sido liberado para a conclusão dos projetos.

– Isso deve ter acontecido em todos os estados. Na realidade, é o governo paralisado – acrescentou José Jorge. Ele assinalou que a interrupção das obras aumenta o desemprego, que, somado à carga tributária e às altas taxas de juros, impede o crescimento da economia.

José Jorge informou que a Adutora do Oeste é a principal obra hídrica de responsabilidade da União, para abastecimento humano, no sertão pernambucano. No entanto, segundo o senador, o governo ainda não liberou os R\$ 2,8 milhões previstos para o projeto no Orçamento da União. Esse valor, observou, permitiria que mais alguns milhares de sertanejos pudessem matar a sede com a água do Rio São Francisco.

Sobre a expansão do metrô, o senador disse que em 2003 foram investidos apenas R\$ 31 milhões, não se cumprindo o “já minguado” orçamento, que previa R\$ 44,5 milhões para a obra.

O senador lembrou que, apesar de a conclusão do novo aeroporto estar prevista para maio próximo, até hoje não foram liberados os R\$ 20 milhões previstos no orçamento.

# Plenário vota projeto que proíbe o porte de armas

## ■ Estatuto do Desarmamento deve ser examinado hoje em regime de urgência

O Plenário vota hoje, em regime de urgência, o Estatuto do Desarmamento, que define normas para fabricação, registro, uso e transporte de armas e munições. O estatuto, de autoria do senador Gerson Camata (sem partido-ES), foi aprovado por unanimidade pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) na quarta-feira, com relatório favorável do senador César Borges (PFL-BA). Se aprovado pelo Plenário, o projeto segue para sanção do presidente da República.

O estatuto proíbe o cidadão comum de portar armas de fogo. Conforme a proposta,

apenas os profissionais ligados à segurança, além dos praticantes de esportes de tiro ao alvo, serão autorizados a usar esses armamentos – integrantes das Forças Armadas, guardas municipais, agentes dos órgãos de inteligência, agentes policiais e prisionais, e funcionários de empresas de segurança privada e de transporte.

O projeto também prevê a criação do Sistema Nacional de Armas (Sinarm), gerido pela Polícia Federal (PF), para cadastrar as armas produzidas, importadas e vendidas no país. O Sinarm cuidará das transferências de propriedade, do extravio de armas e das alterações cadastrais, inclusive do fechamento de empresas de segurança privada e de transporte de valores. O cadastro de autorizações de porte também será de responsabilidade do órgão.

Após a publicação de lei que

cria o Sinarm, as autorizações de porte de armas já expedidas serão válidas por 90 dias, e terão de ser renovadas. A proposta também proíbe a fabricação e venda de brinquedos que simulem armas de fogo.

O projeto prevê penas mais rigorosas para o tráfico de armas (de quatro a dez anos de reclusão) e para o comércio ilegal (quatro a oito anos). A punição pode ser aumentada pela metade se a arma for de uso proibido ou restrito.

Ainda segundo o texto do estatuto, os menores de 25 anos não poderão adquirir armas. Há exceção, no entanto, para os que já têm permissão do porte. Para possuir armas e guardá-las em casa, o cidadão deve ser idôneo, provar a necessidade de uso, comprovar capacidade técnica e psicológica e apresentar certidão negativa de antecedentes criminais.

## Brasil é recordista em assassinatos, afirma Costa

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) manifestou ontem, da tribuna, preocupação com os números divulgados nesse fim de semana pelo coordenador regional das Nações Unidas no Brasil. O estudo mostra que o país tem somente 3% da população mundial, mas registra 13% de todos os assassinatos por armas de fogo.

Considerando a gravidade da situação, Hélio Costa, integrante da Subcomissão de Segurança Pública, que discutiu o Estatuto do Desarmamento, pediu aos senadores que não aceitem pressões e votem hoje a favor do estatuto.

– O número de brasileiros assassinados por ano equivale às mortes da guerra do Vietnã. Mesmo com toda a pressão dos lobistas contra o estatuto, não podemos vacilar. Temos de co-



**VOTAÇÃO** Senadores não devem aceitar pressões contra o estatuto, diz Hélio Costa

locar um fim nessa chaga. O Brasil não pode continuar sendo o recordista mundial de assassinatos com armas de fogo – sustentou o senador.

Hélio Costa explicou que o Estatuto do Desarmamento faz

uma clara distinção entre porte e posse de arma.

– Quem mora isolado, terá o direito de continuar com sua arma de defesa. Só não poderá sair com essa arma.

### Defesa

Para Hélio Costa, o Brasil “talvez seja um dos últimos países do mundo onde ainda se permite o porte de armas na cintura”. Contestando os adversários do estatuto, ele afirmou que “quem acha que pode conter um bandido só porque tem uma arma, está equivocado”. Conforme Hélio Costa, os bandidos atiram e não têm drama de consciência com isso. “Já os cidadãos comuns podem até ter armas em casa, mas raramente sabem atirar e, na maioria das vezes, são surpreendidos pelos bandidos, sem chance de usar suas armas”, disse.



**COBRANÇA** Segundo Alvaro Dias, o governo não apresentou plano para aumentar o emprego

## Desemprego cresce no país, alerta Alvaro

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) classificou os números do desemprego no Brasil como dramáticos, e acusou o governo Luiz Inácio Lula da Silva de não ter apresentado até agora estratégia de crescimento sustentado para enfrentar o problema.

Ele citou dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), segundo os quais um em cada cinco trabalhadores da região metropolitana de São Paulo está desocupado. Segundo o estudo, o desemprego nas seis maiores regiões metropolitanas do país atingiu a média de 12,9% em outubro. Alvaro Dias afirmou que o programa de geração de empregos prometido pelo PT na campanha presidencial não foi realista. Para o senador, os números obtidos até agora mostram a impossibilidade de se atingir a meta de criar 10 milhões de empregos em quatro anos.

Alvaro Dias acrescentou que o governo fixou em 5% o crescimento anual médio do Produto Interno Bruto (PIB) para cumprir a promessa de geração de emprego. No entanto, ressaltou, se for considerada a expectativa de crescimento de 0,2% em 2003, seria necessária expansão de 6,7% anual nos três anos restantes para atingir a meta fixada inicialmente pelo Executivo.



**MAIOR CARGA** Para Aelton Freitas, a sociedade não quer mais aumento de impostos

## Aelton destaca alcance social de medida que beneficia lotéricas

A emenda que impede a cobrança de até 10% de Imposto sobre Serviços (ISS) das casas lotéricas tem relevante alcance social. A opinião é do senador Aelton Freitas (PL-MG), que conseguiu retirar o dispositivo do projeto que regulamenta o tributo municipal. Ele lembrou que a atividade é responsável por cerca de 10

mil empregos diretos, além de ter quase 50% de sua arrecadação destinados a projetos sociais. O projeto, aprovado na semana passada, será votado hoje em turno suplementar.

– A preocupação se torna ainda maior quando levamos em conta que aproximadamente 48% do faturamento das loterias é revertido para

projetos sociais de grande apelo, muitos deles tocados pelo próprio governo, nas áreas de saúde, educação e cultura – ressaltou o senador por Minas Gerais.

Dos 58 senadores presentes à sessão, 54 votaram a favor da emenda de Aelton. Líderes do governo, do PSDB, do PMDB e do PFL também foram a favor da proposta.

– Felizmente conseguimos sensibilizar o governo e a oposição e vamos livrar as casas lotéricas do país de uma injustiça indiscutível – afirmou. Aelton também se disse solidário com os municípios que passam por dificuldades financeiras, e afirmou que a sociedade brasileira não suporta mais aumentos de carga tributária.

**REFORMAS** Proposta que altera sistema tributário pode ser votada em primeiro turno nesta quinta-feira. Amanhã, Plenário deve decidir, em segundo e último turno, sobre texto principal das mudanças na Previdência

## Acordo garante votação do texto da tributária

Roosevelt Pinheiro



**OBJEÇÃO** Para Tourinho, aumento da contribuição pode comprometer entendimento

### Para Tourinho, Cofins pode criar dificuldades

O aumento da carga tributária que parlamentares da oposição identificam na medida provisória que alterou a legislação da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) pode dificultar a aceitação, pela bancada do PFL, do acordo firmado entre governo e oposição para a votação da reforma tributária. A avaliação é do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), indicado pelo partido para apresentar voto em separado à proposta de emenda à Constituição (PEC) que trata do assunto.

Tourinho admitiu, em entrevista à Rádio Senado, que o relator da reforma, Romero Jucá (PMDB-RR), aceitou a maioria das sugestões do PFL e do PSDB – estas formuladas em texto do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE). O problema, alertou o pefelista, é o aumento de carga tributária embutido na MP da Cofins.

– Apresentamos um voto em separado, que de uma forma geral foi atendido, só que o aumento da carga tributária embutida na medida provisória precisa ser discutido. Nós vamos ainda finalizar textos, mas, se eu pudesse antecipar alguma coisa, diria que há dificuldade em relação à Cofins – disse o senador.

Ao explicar a posição do PFL, Rodolpho Tourinho considerou natural o fato de que o ponto polêmico esteja em proposta que, formalmente, não faz parte da reforma tributária.

■ Emenda prorroga por quatro anos a cobrança da CPMF e mantém desvinculação de receitas da União

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), anunciou ontem que está fechado o acordo suprapartidário em torno da reforma tributária. A expectativa do governo é votar a proposta amanhã na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e, na quinta-feira, no Plenário da Casa.

– Aprovaremos o conjunto da reforma de uma só vez e a implementaremos em três etapas, até 2007, com a criação do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) – disse Aloizio Mercadante, depois de se reunir com os senadores Romero Jucá (PMDB-RR), relator da tributária; Renan Calheiros (AL), líder do PMDB; Tasso Jereissati (PSDB-CE); Edison Lobão (PFL-MA), presidente da CCJ; e Osmar Dias (PDT-PR).

Resultado da fusão do texto aprovado pela Câmara dos Deputados com propostas dos se-



**DEFINIÇÃO** Aloizio Mercadante (segundo à esquerda), entre Sérgio Guerra, Renan e Fernando Bezerra, anunciou conclusão do acordo

nadores Tasso Jereissati e Rodolpho Tourinho (PFL-BA), a reforma deve permitir, num primeiro momento, fechar as contas do governo em 2004. Isso será possível com a prorrogação, por quatro anos, da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e a permanência da Desvinculação de Receitas da União (DRU). Para vigorar já no próximo ano, também deverão ser aprovadas a partilha com os estados e municípios de 25% da Contribuição sobre Intervenção no Domínio Econômico (Cide) e a criação do fundo para

compensar os estados pelas perdas com a desoneração das exportações.

A fase intermediária da reforma será a unificação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), em 2005. O fim da guerra fiscal vai se dar com a validação dos incentivos concedidos até a data da promulgação da emenda. Uma lei complementar fixará os critérios para “filtrar” os incentivos programados para vigorar nos próximos 11 anos. Hoje, as bancadas do PMDB e do PSDB devem se reunir para formalizar o apoio ao acordo.

### José Jorge reage a declaração e afirma que “reformas são do presidente, não dos políticos”

O senador José Jorge (PFL-PE) protestou, ontem, contra declaração do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em entrevista no Oriente Médio, de que o resultado das reformas tributária e previdenciária deverá ser apenas o que “a cabeça dos políticos brasileiros permite”.

– Eu protesto contra essa declaração. As reformas são do presidente, não dos políticos. Aqui só se aprovou o que o governo queria. Na reforma da Previdência, foram feitas mais de 300 emendas no Senado e o governo não aceitou uma sequer.

José Jorge afirmou que a reforma da Previdência reflete o desejo do presidente. “Tanto é verdade que o PT está expulsando a senadora Heloísa Helena e três deputados que votaram contra a orientação do



**CONSTATAÇÃO** José Jorge diz que só foi aprovado o que o presidente Lula queria

Palácio do Planalto”, salientou.

O senador disse que, diante daquela declaração, “fica parecendo que o governo não tem nada com a reforma da Previdência”, que foram os deputados e senadores que decidiram

por iniciativa própria taxar os velhinhos aposentados. “Ou será que a reforma é do FMI?”, indagou.

Em aparte, José Jorge recebeu apoio de Heráclito Fortes (PFL-PI). Já Eurípedes Camargo (PT-DF) defendeu o presidente da República, observando que “foram feitas nesses oito meses negociações com os deputados e senadores, que levaram aos atuais textos das reformas”.

Heloísa Helena (PT-AL) disse que também ficou surpresa com a declaração do presidente Lula, pois ele havia afirmado há poucos dias que estava “com a alma lavada” com a aprovação em primeiro turno da reforma da Previdência. Já o senador João Capiberibe (PSB-AP) pediu rapidez na votação da reforma política.

### Efraim critica empréstimos do BNDES no exterior

O líder da Minoria, senador Efraim Morais (PFL-PB), considerou absurdos os financiamentos externos concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a juros inferiores aos cobrados pelo Banco Mundial para obras de infra-estrutura, enquanto o Brasil está parado, com estradas em estado crítico.

– O governo pensa que, dessa forma, pode induzir os países devedores a acompanhar nossos votos nos fóruns internacionais, o que é uma demonstração de enorme ingenuidade, porque os Estados Unidos podem anular essa pretensa liderança no momento em que bem entenderem.

O BNDES emprestou US\$ 150 milhões à Venezuela e US\$ 242 milhões ao Equador para a construção de hidrelétricas, que serão executadas por empresas brasileiras. O senador disse ainda que o governo perdeu uma dívida da Bolívia sem consulta ao Congresso.

Efraim ressaltou que a Venezuela e o Equador são países com grande risco potencial, já que o primeiro vive às voltas com a ameaça de derrubada do seu presidente, enquanto o outro está em moratória de sua dívida externa.

Ele acrescentou que o Brasil pode ainda emprestar dinheiro a países africanos e financiar a construção de uma rodovia entre a Argentina e a Bolívia, em um total de US\$ 1 bilhão.



**FACILIDADE** Segundo Efraim Morais, juros são inferiores aos cobrados pelo Banco Mundial

**REFORMAS** Senado deve apreciar nesta tarde emenda de Plenário apresentada ontem por Efraim Morais à proposta da Previdência. Senadores criticaram declaração do presidente Lula sobre mudanças

## Emenda adia para amanhã votação sobre Previdência

Uma emenda de redação apresentada em Plenário pelo senador Efraim Morais (PFL-PB) adiou de hoje para amanhã a votação em segundo e último turno da reforma da Previdência no Senado.

O relator da reforma, senador Tião Viana (PT-AC), informou que tentará apresentar seu parecer em Plenário, evitando que a proposta tenha de voltar à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O presidente da CCJ, senador Edison Lobão (PFL-MA), informou que, se houver necessidade, convocará reunião extraordinária da comissão para o final da tarde de hoje, para exame do parecer do relator sobre a emenda. Assim, será possível que o Plenário



**RELATOR** Tião Viana tentará apresentar em Plenário o parecer da emenda

faça amanhã a última votação da reforma do sistema previdenciário, permitindo a seguir sua promulgação pelos presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados.

Transcorreu ontem o segun-

do dos três dias de discussão da reforma em segundo turno, quando cinco senadores trataram do assunto. Alvaro Dias (PSDB-PR) e José Jorge (PFL-PE) criticaram a afirmação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, durante a viagem que está fazendo ao Oriente Médio, de que o conteúdo das reformas "sairá das cabeças" dos políticos.

### Paralela

Além da possível votação da reforma da Previdência, amanhã também será o primeiro dia de discussão da chamada emenda paralela da Previdência, que contém as mudanças dos senadores à proposta.

A emenda paralela ficará em discussão por cinco sessões, inclusive nos próximos sábado e domingo.

## Alvaro critica declaração do presidente Lula

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) contestou declarações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de que as reformas previdenciária e tributária em votação no Congresso Nacional "não saíram do seu jeito" e seriam de responsabilidade dos parlamentares.

– Isso não é verdade, o projeto original veio do governo e as 300 emendas apresentadas pelo Congresso foram solenemente ignoradas – disse.

Para o senador paranaense, o presidente da República sabe

que essas reformas não engrandecem seu governo, "por isso, quer jogá-las nas costas largas do Congresso".

– Quem pariu Mateus, que o embale – aconselhou Alvaro Dias, avisando que não vai permitir "que a opinião pública seja enganada". O senador afirmou ainda que o Poder Executivo impôs as propostas ao Legislativo, e por isso pediu sinceridade ao presidente.

Na opinião de Alvaro Dias, é fácil responsabilizar o Congresso, uma vez que a credibilidade

da instituição está baixa. O senador pelo PSDB, no entanto, reconheceu que o Legislativo tem culpa por não ter conseguido aprovar uma reforma política para torná-lo mais forte. "Fomos vencidos pelo corporativismo e ficamos bem mais fracos", analisou o parlamentar.

Em aparte, o senador João Capiberibe (PSB-AP) afirmou que as propostas de emenda constitucional em votação no Congresso Nacional "são meros remendos".

## Agripino: se dependesse do governo, haveria mais tributos

O senador José Agripino (PFL-RN) manifestou sua preocupação com declaração do presidente Luiz Inácio Lula da Silva aos principais jornais do país, durante a viagem ao Oriente Médio, de que as reformas em tramitação no Congresso não são as do seu desejo. Referindo-se especificamente à reforma tributária, Agripino comentou que, pela prática do governo, provavelmente a reforma dos sonhos de Lula traria um maior aumento da carga tributária.

– Lula prometeu 10 milhões de empregos, romper com o Fundo Monetário Internacional e reto-

mar o crescimento do país. Mas nada disso aconteceu. Ao contrário, os juros continuam altos, os investimentos públicos representam uma ninharia, o desemprego atingiu níveis que o Brasil há muitos anos não assistia e, ao lado disso tudo, o governo aplicou remédios amargos, como o aumento da Contribuição sobre o Lucro Líquido das empresas, o não reajuste das tabelas do Imposto de Renda e os aumentos do Plano de Integração Social e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – afirmou o senador do Rio Grande do Norte.

Ainda sobre a reforma tributária,



**ANÁLISE** Agripino diz que Lula ainda não fez o que prometeu em campanha

o líder do PFL condicionou a concordância do seu partido a um acordo de procedimentos para que se vote rapidamente a Desvinculação de Receitas da União (DRU) e a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

## Capiberibe: propostas não trazem mudanças estruturais

O senador pelo Amapá João Capiberibe (PSB) afirmou ontem que as mudanças que estão sendo feitas nos sistemas previdenciário e tributário não podem nem sequer ser chamadas de reformas, como as denominadas o governo.

– Não são mudanças estruturais. É apenas para fazer caixa para o país continuar pagando os absurdos da dívida. São R\$ 530 milhões de juros e amortização da dívida por dia – disse o parlamentar, propondo que o Senado faça uma avaliação do endividamento público.

Para Capiberibe, o governo de Fernando Henrique Cardoso e, agora, o de Luiz Inácio Lula da Silva mantiveram a mesma política econômica, com aumento da carga tributá-

ria para fazer caixa para a União, porque o país não tem soberania.

Ele lembrou que o governo de Fernando Henrique tomou dinheiro emprestado ao Fundo Monetário Internacional (FMI)

e privatizou o patrimônio público com o objetivo de pagar a dívida do Estado. Além disso, enfatizou o senador, o país é forçado a assegurar um superávit primário desde 1994.

### Congresso

João Capiberibe aproveitou a oportunidade para anunciar que uma das decisões do 9º Congresso do Partido Socialista Brasileiro, realizado neste fim de semana em Brasília, foi a de trabalhar por mudanças na política econômica brasileira.



**MANUTENÇÃO** Capiberibe afirma que governo atual segue a política do antecessor

## Heloísa diz que cálculo reduz aposentadorias pelo INSS

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) denunciou o achatamento nos benefícios dos trabalhadores da iniciativa privada que se aposentam pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), com a aplicação, pelo governo, do fator previdenciário em vigor desde 1999. O fator incide sobre a média das remunerações limitadas pelo teto do INSS (hoje em R\$ 1.869), e reduz o valor do benefício segundo a idade do segurado.

A situação se agravou, segundo a senadora, com a revelação, pelo IBGE, de que a idade média do brasileiro aumentou um ano, chegando aos 71 anos.

A aplicação do fator pode reduzir o valor das aposentadorias em até 30%, a menos que o trabalhador da iniciativa privada opte por se aposentar pela idade.

– Ora, sabemos que a idade média do Nordeste é de 64 anos, e no Norte também é inferior aos 71 anos. Por isso, temos que ficar atentos para as injustiças que surgem, porque o atual governo mantém a ir-



**BENEFÍCIO** Heloísa Helena alerta para a aplicação do chamado fator previdenciário

responsabilidade instituída pelo governo anterior – assinalou a senadora alagoana, acrescentando que "já começou a velha ladainha do déficit da Previdência".

– Querem impor ao trabalhador da iniciativa privada mais dez anos de trabalho, ou uma redução de 45% nos proventos – denunciou.

Heloísa Helena citou como exemplo o caso de uma professora que passa 25 anos de sua vida ganhando R\$ 300, e que teria redução de 50% nos proventos se resolvesse aposentar-se.

## Subsecretaria do Senado recebe prêmio

A Subsecretaria de Relações Públicas do Senado recebeu neste ano, em duas categorias, o Prêmio Opinião Pública. O prêmio, dado pelo Conselho Regional de Profissionais de Relações Públicas da 2ª Região (Conrerp) – São Paulo e Paraná –, distingue os trabalhos mais relevantes realizados nos setores público e privado.

O Senado conquistou o prêmio com os seguintes trabalhos: “Terceira Idade – O Desafio da Inclusão Social”, na categoria Relações Públicas Governamentais, coordenado por Ana Lucia Novelli; e “Comunicação, Emoção e História – O Senado Federal entre o Formal e o Informal na Posse Presidencial”, na categoria Administração de Crises, coordenado por Francisco Etelvino Biondo, que é diretor da Subsecretaria de Relações Públicas.

A solenidade de entrega dos prêmios ocorre amanhã, em São Paulo (SP).

## Valmir Amaral apóia projeto de Eurípedes

O senador Valmir Amaral (PMDB-DF) manifestou seu apoio ao projeto de decreto legislativo (PDL nº 917/03) do senador Eurípedes Camargo (PT-DF) que propõe a convocação de plebiscito para a incorporação, ao território do Distrito Federal, dos municípios goianos de Águas Lindas, Santo Antônio do Descoberto, Cidade Ocidental, Valparaíso de Goiás, Novo Gama e Planaltina de Goiás.



Valmir Amaral concorda com o plebiscito

O parlamentar, que considerou a proposta realista e sem propósitos eleitoreiros, sugeriu que o plebiscito seja realizado concomitantemente no Distrito Federal e nas cidades a serem incorporadas.

– É fundamental que a proposta se faça conhecida da população – afirmou. Para Valmir Amaral, o novo Distrito Federal tem viabilidade econômica.

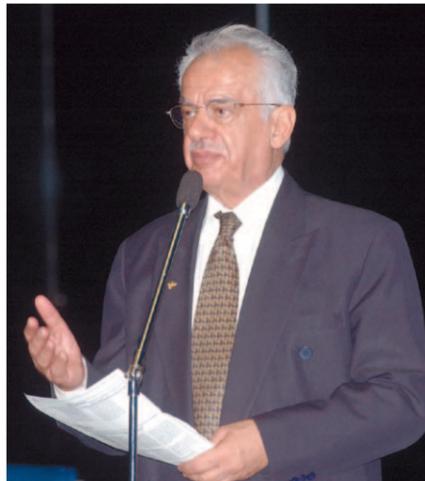
# Simon destaca relações entre Brasil e Líbano

■ Para senador, a viagem do presidente Lula ao país árabe deverá estreitar laços entre as duas nações

O senador Pedro Simon (PMDB-RS), que é descendente de imigrantes libaneses, manifestou sua alegria com a viagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Líbano. Ele acredita que, após a viagem de Lula, os empresários brasileiros investirão maciçamente naquele país.

Simon mencionou a recente passagem pelo Brasil do primeiro-ministro libanês, Rafik Hariri, que fez um relato do processo de reerguimento do Líbano após a guerra civil e convidou empresas brasileiras a investirem em seu país, explicando que existem lá grandes oportunidades de negócios.

O senador também relatou



OPORTUNIDADE Para Simon, empresas locais devem negociar com libaneses

sua participação na solenidade de edição da Medalha Comemorativa dos Sessenta Anos de Independência do Líbano, pela Casa da Moeda, e do lançamento do selo postal alusivo às relações diplomáticas e culturais Brasil-Líbano, pelos Correios.

Ele disse que os dois eventos serviram para reafirmar os laços de amizade que unem os dois países.

– Tenho certeza de que os descendentes de libaneses estão entre aqueles brasileiros que mais se empenham para que este país continue a ser um oásis de confraternização, de paz e de generosidade em um mundo em que os radicalismos se fazem cada vez mais fortes – afirmou Simon.

O senador parabenizou Lody Brais, integrante da comunidade líbano-brasileira, que organizou no Brasil a comemoração dos 60 anos de independência do Líbano e tem se empenhado para aproximar as duas nações, organizando visitas de personalidades libanesas ao Brasil.

## Tuma homenageia independência libanesa

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) registrou o transcurso do 60º aniversário de independência da República do Líbano, no último dia 22 de novembro. Ele afirmou que o país tem uma relação de amizade com o Brasil, devido à presença dos imigrantes libaneses que participaram na formação da nação brasileira, sendo que 5% de nossa população é de origem libanesa, o que estreita ainda mais os laços entre Brasil e Líbano.

– Por todos esses laços de entendimento e amizade entre os

dois países, e por tudo o que o Líbano representa para os mundos oriental e ocidental, quero cumprimentar o povo libanês e todos os libaneses que vivem em nosso país, desejando-lhes uma era de muita paz e de muito progresso – afirmou.

Tuma lembrou a história nacional libanesa, ressaltando sua capacidade de manter a identidade, mesmo tendo vivido sob a dominação de outros povos em diversas ocasiões. O Líbano, assinalou o senador, é um exemplo de convívio pacífico entre grupos étnicos, polí-

ticos e religiosos distintos e é hoje “o grande ponto de encontro entre Oriente e Ocidente”.

De origem fenícia, o Líbano foi dominado sucessivamente por gregos, romanos, árabes, cruzados, muçulmanos, otomanos e franceses. Tuma ressaltou que somente em 1943 o país conseguiu a independência. Recentemente, observou o senador, o Líbano passou por momentos de instabilidade externa e interna, com conflitos entre muçulmanos e cristãos e com a ocupação do sul de seu território por Israel.

## Jucá: governo prioriza ciência e tecnologia

Ao elogiar a prioridade dada pelo governo federal à área de ciência e tecnologia, o senador Romero Jucá (PMDB-RR) disse que o Brasil está no rumo certo e que “há um grande número de pesquisas, de inovações, de inventos, de idéias novas para nosso desenvolvimento sustentado de longo prazo”.

O senador citou várias medidas tomadas pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, como a assinatura de convênios com os governos estaduais para estimular investimentos regionais em ciência e tecnologia.

– O Ministério da Ciência e Tec-

nologia está realizando investimentos em novos institutos de pesquisa, em pólos tecnológicos, em programas de incentivo à inovação tecnológica, em projetos de apoio a jovens cientistas e pesquisadores, colocando o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação entre os objetivos e prioridades governamentais – afirmou.

Na opinião do senador, esse esforço é mais que necessário para que o país tenha acesso ao fator de produção mais importante do terceiro milênio: o conhecimento.

Segundo Romero Jucá, em maté-



INOVAÇÃO Jucá afirma que há um grande número de pesquisas em curso no país

ria de ciência e tecnologia, o Brasil continua sendo “um país de contrastes”: avançado em automação bancária, mas com 87% da população sem acesso a um computador.



ALERTA Papaléo diz que cresceu o número de soropositivos com mais de 60 anos no Brasil

## Papaléo pede proteção para idosos com Aids

Ao comentar o aumento de incidência da Aids entre pessoas com mais de 60 anos, o senador Papaléo Paes (PMDB-AP) pediu às autoridades públicas atenção especial aos idosos soropositivos e propôs mais campanhas de prevenção à doença, dirigidas particularmente a esse grupo.

– Essas pessoas em geral não são submetidas a exames preventivos, ante a indevida suposição de que não têm regular atividade sexual, quando, de fato, ela foi significativamente ampliada com o emprego de tratamentos hormonais, de próteses, e o advento de medicamentos – afirmou.

Entre 1991 e 2001, informou Papaléo, o número de soropositivos acima de 50 anos aumentou 98% entre os homens e 567% entre as mulheres devido à falta de informação e de medidas preventivas. Ele citou a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG), segundo a qual 37% dos pacientes nessa faixa etária morrem no mesmo mês em que descobrem que são portadores do vírus.

Muitas vezes os idosos soropositivos, observou o senador, procuram se isolar diante da doença, escondem seu estado de saúde dos familiares e se recusam a participar de grupos de auto-ajuda. O resultado, enfatizou Papaléo Paes, é que, com a imunidade enfraquecida, eles “morrem por qualquer resfriado banal, envergonhados, isolados e censurados pela família”.

### Prêmio

O senador registrou que o programa brasileiro de controle da Aids recebeu, em maio, US\$ 1 milhão do Prêmio Gates de Saúde Global de 2003. O prêmio será destinado ao financiamento de grupos de base comunitária que cuidam de órfãos portadores do HIV.



**VERDADE** Mozarildo afirma que Judiciário é responsabilizado por culpa que não tem

## Mozarildo destaca papel da Justiça

Ao destacar a comemoração, ontem, do Dia da Justiça, o senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) disse que “a população vem responsabilizando o Judiciário por culpas que ele não tem, como a situação caótica dos presídios e a morosidade dos inquéritos policiais, questões que são da alçada do Executivo”.

Mozarildo enfatizou que o Judiciário é o esteio da democracia, porque fiscaliza tanto o Executivo quanto o Legislativo. “Sem ele, cairíamos numa ditadura que, tenho certeza, ninguém deseja ver de volta no Brasil.”

O senador afirmou entender que a população esteja cansada das rebeliões em presídios e da sensação de impunidade, mas observou que o fato de alguns juízes estarem sendo alvo de denúncias não deve levar as pessoas a generalizações e a acusações a todo o Poder Judiciário.

Mozarildo explicou que mesmo a demora dos processos se deve muito mais ao rito processual do que à morosidade de juízes para chegar a suas decisões.

O senador por Roraima conclamou o Executivo, o Legislativo e o Judiciário a buscarem um consenso com relação à reforma do Judiciário, atualmente em tramitação no Senado.

# Serys denuncia ameaça de morte contra Casaldáliga

Senadora lembra que bispo foi um dos responsáveis pelo retorno de xavantes a área indígena em MT

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) denunciou ontem que o bispo dom Pedro Casaldáliga vem recebendo ameaças de morte por ser considerado um dos responsáveis pelo retorno de xavantes a uma área indígena no município de Alto Boa Vista (MT), onde há um conflito com posseiros. Segundo a senadora, também são alvo de ameaças agentes da Pastoral de São Félix; o coordenador da Funai em Goiás, Edson Beriz; e Franklin Machado, que presta atendimento aos índios na área de saúde.

– Telefonemas anônimos, de alguém dizendo-se ligado aos fazendeiros, revelaram que as



**CONFLITO** Posseiros disputam terra indígena no município de Alto Boa Vista, informa Serys

mortes valem R\$ 60 mil por cabeça – assinalou.

Segundo a senadora, indígenas e posseiros disputam a posse de 160 mil hectares da reserva indígena, homologada em nome da União há quatro anos. Ela explicou que a área já foi a

maior fazenda de gado do mundo, com um milhão de hectares, na década de 60. Na época, pertencia à holding italiana Lukifarma, proprietária da Agip no Brasil.

– A Funai e o Ministério Público Federal entraram com uma ação civil pública na Justiça, pedindo que a posse seja devolvida. A ação foi movida há oito anos e o conflito acirrado no dia 11, quando os xavantes reocuparam a área – relatou.

### Justiça

Ao associar-se à comemoração, ontem, do Dia da Justiça, Serys conclamou a uma reflexão sobre “a Justiça que temos e a Justiça que queremos”. A senadora disse que o fato de o Judiciário estar desacreditado acabou por generalizar uma injustiça contra servidores e magistrados que cumprem o seu dever. E voltou a defender a criação de um órgão de controle externo do Judiciário.

## Projeto pune uso indevido de cadastro

Projeto de autoria do senador João Ribeiro (PFL-TO) qualifica como crime a prática de abrir, indevidamente, cadastro, ficha e registro de dados pessoais e de consumo. A proposta também considera ato criminoso violar, espionar, copiar, adquirir ou fornecer a terceiros informações sem a autorização do consumidor.

– Nossa intenção é tratar esses crimes citados como mais uma espécie de estelionato, que se configura com o lançamento indevido de dados pessoais em sistemas de registros e cadastros e a obtenção e utilização de qualquer informação pessoal de forma fraudulenta, permitindo assim uma ação mais pronta no combate a esses delitos – explicou o parlamentar.



**RIGOR** João Ribeiro considera como estelionato violação de banco de dados pessoais

João Ribeiro argumenta que, pelo fato de inexistir no Código Penal “a devida caracterização, como delito, da utilização de dados cadastrais obtidos de forma fraudulenta, vários cidadãos têm sido prejudicados e vêm sofrendo danos irrepará-

veis, sobretudo quando ocorre uma cobrança financeira indevida”.

Em aparte, o senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) lembrou que, há dois anos, propôs à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) audiência pública sobre a fragilidade do sistema de proteção ao crédito. Durante a reunião, segundo informou, advogados do Paraná conseguiram inserir no cadastro de inadimplentes da Serasa os nomes de dez parlamentares, dois ministros de Estado e até do presidente da República.

Também apartando, o senador José Jorge (PFL-PE) disse que é comum o fato de cidadãos, principalmente os mais humildes, serem constrangidos por entidades como a Serasa.



**CONCORRÊNCIA** Mão Santa sugere provas em estados com mais de 50 candidatos inscritos

## Mão Santa quer facilitar acesso a concursos

A realização das provas de concurso público em todos os estados onde houver mais de 50 candidatos inscritos, além do Distrito Federal, é o que estabelece projeto de lei apresentado pelo senador Mão Santa (PMDB-PI). Caso um estado não atinja esse número mínimo, o candidato fará o exame na capital mais próxima da localidade onde reside, determina a proposta.

– Quando era deputado estadual pelo Piauí, assisti ao drama de estudantes universitários que tinham que se locomover até Teresina para disputar as vagas do vestibular. Até os que iriam frequentar cursos em campus avançados eram obrigados a prestar o exame vestibular na capital. Depois de muita luta, conseguimos resolver essa injustiça – afirmou o representante piauiense.

Na avaliação de Mão Santa, o sistema atual, com a maioria das provas dos concursos públicos federais realizada em Brasília, impede a participação de muitos candidatos de diversas regiões do país, interessados em concorrer às vagas oferecidas.

O senador comentou que os maiores prejudicados são os mais carentes, que não têm dinheiro para custear as despesas de viagem e de hospedagem na capital do país.



**ALERTA** Heráclito diz que, por falta de dinheiro, parque está ameaçado de fechamento

## Heráclito pede recursos para o Parque da Serra da Capivara

A urgente liberação de recursos para a manutenção do Parque Nacional da Serra da Capivara, no Piauí, que estaria ameaçado de fechamento, foi solicitada ao governo federal, em discurso no Plenário, pelo senador Heráclito Fortes (PFL-PI). O parlamentar destacou

que o parque é considerado Patrimônio da Humanidade pela Unesco e contém os registros mais antigos da presença humana no continente americano.

Segundo Heráclito, algumas peças do museu instalado no parque dependem de cuidados específicos,

como determinadas condições de temperatura, o que será comprometido se concretizada a possibilidade de corte no fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento.

Matéria publicada no último dia 28 pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, citada pelo representante do Piauí,

informa que, desde janeiro deste ano, a Fundação Museu do Homem Americano, criada para estudar e manter aquele parque nacional, não recebe o dinheiro que o governo deveria repassar. Heráclito recebeu apoio de Alberto Silva (PMDB-PI) e Mão Santa (PMDB-PI).

# Eduardo sugere que país adote o uso de biodiesel

Plantio de mamona e babaçu para produção do combustível deveria ser incentivado, propõe o senador

Fotos: Roosevelt Pinheiro



**DÚVIDA** Eduardo não entende razão para construir usina nuclear e refinaria de petróleo

Citando trecho da carta de Pero Vaz de Caminha ao rei de Portugal – “em se plantando, nesta terra tudo dá” –, o senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) sugeriu ontem que o Brasil explore sua vocação natural, a energia renovável, por meio da biomassa, do álcool e do biodiesel. Eduardo referiu-se à palestra do cientista Bautista Vidal sobre o biodiesel, combustível que pode ser extraído do babaçu e da mamona. O senador disse não entender por que o governo insiste na idéia de construir uma terceira usina nuclear e mais refinarias de petróleo.

– Além da biodiversidade, temos vastas extensões de terras planas e férteis, que nos levam a constatar que o Brasil é a ter-

ra mais rica do planeta. Devíamos ser os maiores exportadores mundiais em tudo – ressaltou.

O senador João Capiberibe (PSB-AP) afirmou em aparte que o Brasil é uma potência ambiental “exportadora de natureza e de matéria-prima”. Ele assinalou que o país foi o maior exportador de café do mundo, mas as melhores cafeteiras são italianas; que o Brasil foi o

maior produtor de cacau, mas o melhor chocolate é feito pelos suíços, que não plantam cacau. Para o senador, o problema é que “não rompemos o cordão umbilical na relação com os países do centro. Trocamos nossa natureza pela exclusão”.

Também em aparte, o senador Alberto Silva (PMDB-PI) lembrou que, quando presidiu a Empresa Brasileira de Transportes Urbanos, Bautista Vidal era um de seus assessores e já defendia o uso da biomassa. Alberto Silva sugeriu que o governo adote, no programa de reforma agrária, a meta de plantar 5 milhões de hectares com mamona, para gerar, a cada hectare, emprego com salário de R\$ 500 por mês.

Eduardo Siqueira Campos também manifestou temor em relação ao futuro da Amazônia.

– Estamos diante de uma ameaça. A Rússia agora se recusa a assinar o Protocolo de Kyoto. Está na hora de o Brasil acordar para a produção de energia renovável – insistiu ele.

## Valadares apóia abertura de mercados

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) contestou a seriedade dos Estados Unidos nas negociações em torno da criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Os norte-americanos têm adotado medidas na contramão do acordo multilateral, como aumento de subsídios agrícolas, restrições ao comércio do aço e exigências sobre proteção à propriedade intelectual que, entre outras con-

seqüências, aniquilaria a indústria de produtos farmacêuticos genéricos, observou o senador.

Para Valadares, o presidente Lula acerta quando viaja à África e ao Oriente Médio à procura de outros mercados para os produtos brasileiros.

Em aparte, o senador João Capiberibe (PSB-AP) concordou com a necessidade de o Brasil diversificar o destino de suas exportações.



**ACERTO** Presidente está correto em buscar novos parceiros comerciais, afirma Valadares



**REGRA** Cônjuge economicamente mais fraco terá maior proteção previdenciária, propõe Augusto

## Augusto quer compensação de amparo ao cônjuge

O senador Augusto Botelho (PDT-RR) apresentou ontem em Plenário proposta de emenda à Constituição (PEC) que pretende introduzir no ordenamento jurídico brasileiro o Instituto da Compensação de Amparo. Segundo revelou, a iniciativa já foi encampada pelo direito alemão e garante ao cônjuge parcialmente ativo, ou que não trabalha fora de casa, a

possibilidade de participar das expectativas de aposentadoria do cônjuge ativo após o fim do casamento.

A medida consagraria, conforme assinalou Augusto, a conquista de “justiça prospectiva” no âmbito da família.

– Busca-se inserir na Constituição regra que sirva de fundamento de validade a uma justiça que saia dos limites es-



**ARTE SOLIDÁRIA** Paim e Tuma prestigiam mostra “Olhos da Alma”, na biblioteca do Senado, com telas feitas para serem tocadas

## Senado expõe quadros para deficientes visuais

Quadros para serem admirados com as mãos. Essa é a exposição que a biblioteca do Senado Federal oferece ao público deficiente visual até o dia 15 de dezembro. A mostra “Olhos da Alma” é composta por 14 telas sobre peixes amazônicos, da artista plástica brasileira Cristina Portella, que já expôs sua obra em Paris e Tóquio.

– Nessa exposição, o tradicional aviso “proibido tocar” é substituído pelo convite: “por favor, toque”. Creio no papel social da arte, na arte solidária e humanitária – afirma a artista, esclarecendo que sua exposição, patrocinada pela IBM-Brasil, não é direcionada somente aos cegos.

As telas oferecem legendas em braile com os títulos dos quadros, como, por exemplo, “tubarão-branco entrando na água doce entre os meses de julho e outubro”, em que um tubarão em relevo está envolto em fios de nylon. Entre os materiais utilizados, a artista usa folhas, terra, pedras e madeiras aromáticas da Amazônia, para que os deficientes visuais possam experimentar também os

cheiros das telas.

### Capas

Cristina, que trabalha no gabinete do senador Efraim Moraes (PFL-PB), atualmente prepara as capas das edições em braile do Senado, como a da edição do projeto de lei do Estatuto do Portador de Deficiência, de autoria do vice-presidente da Casa, senador Paulo Paim (PT-RS). A capa do livro é composta por pétalas de rosas coladas, com inscrições em braile.

Na abertura da exposição, no último dia 4, com a presença do senador Romeu Tuma (PFL-SP) e da diretora da biblioteca, Simone Bastos Vieira, foram entregues exemplares do estatuto ao relator da matéria, senador Flávio Arns (PT-PR), ao presidente da Associação Brasileira de Deficientes Visuais, Aleixo Costa, e à ministra do Superior Tribunal de Justiça Fátima Nancy Andrighi.

Cristina também já produziu a capa do livro que traz o texto da Constituição de 1988 na linguagem especial para deficientes visuais, com a Bandeira Nacional em relevo.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Paulo Paim, Eduardo Siqueira Campos, Papaléo Paes e Efraim Moraes